



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000383-53.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Responsabilidade Civil**
 Requerente: **Sueli Sammarco Dias**
 Requerido: **Diego Gustavo da Silva Palombo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Eduardo Montes Netto**

Vistos.

SUELI SAMMARCO DIAS, qualificada nos autos, ajuizou a presente **ação indenizatória** contra **DIEGO GUSTAVO DA SILVA PALOMBO**, também com qualificação nos autos, aduzindo, em síntese, que no dia 24 de setembro de 2015, enquanto trafegava com o seu automóvel pela Avenida Comendador Alfredo Maffei, sentido centro, foi vítima de um acidente de trânsito provocado pelo réu, na condução de uma motocicleta. Em razão do acidente, objetiva a condenação do réu no pagamento de indenização por danos materiais, morais e nas verbas da sucumbência. Juntou documentos.

Citado, o réu contestou alegando matéria preliminar e, em relação ao mérito, impugnou os fatos e os fundamentos jurídicos dos pedidos e as verbas indenizatórias pleiteadas na inicial. Assim, com esses fundamentos, pugnou pela improcedência dos pedidos (fls. 40/49).

Réplica as fls. 53/58.

Despacho saneador as fls. 64/65 que afastou as preliminares apresentadas na contestação e determinou a produção da prova oral.

Foi colhida prova oral em audiência (fls. 73, 74 e 76).

Alegações finais as fls. 77/79 e 80/81.

É O RELATÓRIO.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****DECIDO.**

Os pedidos são parcialmente procedentes.

Basta observar as filmagens do *pen drive* apresentado nos autos para concluir que o acidente realmente foi provocado pelo réu que invadiu a frente do veículo da autora de maneira inesperada e com a realização de uma manobra inesperada.

Ouvido em Juízo em depoimento pessoal, o réu admitiu que cruzou a frente do veículo da autora, após perder o equilíbrio e não mencionou qualquer culpa do polo ativo no acidente.

Em relação aos danos materiais, devem ser aceitos os orçamentos de fls. 25/27 que são compatíveis com as imagens do acidente, não merecendo ser acatadas as impugnações genéricas do polo passivo em relação à existência e extensão dos danos, não sendo essencial a juntada aos autos da nota fiscal da prestação dos serviços de conserto ou a preservação dos danos no veículo a fim de possibilitar ao réu o acompanhamento dos orçamentos.

Destaco ainda que a autora apresentou documentos idôneos de três prestadores de serviços diferentes para comprovar os danos materiais, devendo ser acolhido aquele de menor valor (R\$ 2.288,69 – fl. 25).

Por outro lado, deve ser afastado o pedido de indenização por danos morais.

Nosso ordenamento jurídico prevê possibilidade de indenização por dano moral para aquelas hipóteses em que a conduta do agente atinge a psique e os atributos pessoais da vítima, causando-lhe dor. A indenização, assim, procura ressarcir essa dor suportada pela pessoa, muito embora seja o dano de difícil liquidação.

Contudo, a lei não protege as suscetibilidades de cada indivíduo, mas sim ampara somente aqueles que são vítimas de situações anormais, sob pena do instituto do dano moral tornar-se um instrumento de enriquecimento sem causa da vítima.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Com a previsão do artigo 5º, inciso X da Carta Magna a indenização por danos de aspecto moral é palco de infundáveis querelas doutrinárias e jurisprudenciais, mormente com a proliferação de demandas acerca do tema.

Tem-se buscado, é bem de ver, coibir a utilização do instituto como meio de enriquecimento sem causa, atitude louvável e que deve ser reforçada.

Curiosamente, tem-se a impressão de que, após o advento da Constituição de 1.988, os jurisdicionados tornaram-se psicologicamente mais sensíveis aos contratempos inerentes à vida social, e fazendo ouvidos moucos à sábia lição de LEON TOLSTOI, para quem: “Eterno equívoco de quantos julgam a felicidade a satisfação de todos os desejos”.

Passou-se a pleitear ofensa à honra com frequência infinitamente superior à de outrora, muito embora a previsão da indenização por danos morais já estivesse consagrada legal e doutrinariamente há tempos.

Ante o exposto e considerando tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** apenas para condenar o réu ao pagamento da quantia de R\$ 2.288,69, referentes aos danos materiais, corrigidos monetariamente e acrescidos juros de mora 1% ao mês a partir da data do acidente 24/09/2015, nos termos das Súmulas 43 e 54 do STJ.

Em razão da sucumbência recíproca, as partes responderão proporcionalmente pelo pagamento das custas e despesas processuais. Os honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor da condenação, serão pagos por elas aos patronos da parte contrária, observada, se for o caso, a regra prevista no art. 98, parágrafo 3.º, do mesmo Código.

P.I.

São Carlos, 10 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**